

O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE NA OBRA *QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO?*

Laise Araujo Costa Oliveira¹

Resumo: Djamilia Ribeiro é mestra em filosofia política pela Unifesp, ativista do feminismo negro e coordenadora da coleção *Feminismos Plurais*, da editora Letramento, pela qual lançou o seu primeiro livro *O que é lugar de fala?* (2017). O conceito de interseccionalidade, que ela aborda na obra, é de suma importância para debater temáticas que abarquem o papel das mulheres negras nas lutas feministas, trazendo-as para serem protagonistas de suas próprias histórias. Pretendemos, com a presente pesquisa, por intermédio do conceito do interseccional, dar conta do estudo das posições de identidades sociais e sistemas relacionados à opressão, dominação e discriminação. Para isso, utilizaremos como referencial teórico inicial: bell hooks (1952); Michel Foucault (1987); Carla Akotirene (2019); Djamilia Ribeiro (2019); Angela Davis (2016); Silvio Luiz de Almeida (2019); Joice Berth (2019).

Palavras-Chave: Interseccionalidade. Silêncio. Mulher.

INTRODUÇÃO

O conceito “interseccionalidade” foi utilizado inicialmente na década de 1970 e 1980 nos Estados Unidos pela feminista negra norte americana Kimberlé Crenshaw (2002), diante da necessidade de articular as diversas opressões de gênero, raça e classe. Segundo a feminista, a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros dispositivos discriminatórios criam

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Orientador: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel. Endereço eletrônico: laikaise@hotmail.com.

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas, de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

A história de subordinação das mulheres pelos homens, em que a opressão e exploração das mulheres são reveladas na relação gênero-sexo, raça, masculino e feminino, são culturalmente produzidos. A origem da concepção gênero-sexo está relacionada tanto à cultura quanto ao biológico. A construção de gênero pela metafísica ocidental atribuiu um valor ao gênero masculino de forte e superior, e ao gênero feminino o inverso. Com isso, criou-se o sentido de subordinação das mulheres pelos homens. Desse modo, os sistemas gênero-sexo historicamente realizados nessa relação masculino e feminino, revelariam a opressão, exploração e “os silêncios” das mulheres pelos homens. Pensar no conceito de interseccional é notar que não pode haver favoritismo de uma opressão qualquer e, sim, trata-se de romper com a estrutura de opressão.

Acerca da diferença sexual, Guacira L. Louro, em sua obra *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, nos traz uma citação de Teresa de Lauretis, uma importante estudiosa feminista, que nos lembra que o significado da diferença sexual está muito próximo da expressão “anatomia-destino”. Lauretis afirma que há pouco avanço em dizer que a diferença sexual é cultural, pois o problema que permanece é de conceber as diferenças consideradas culturais, sociais, subjetivas em relação ao homem, sendo ele, a medida, o padrão, a referência de todo discurso que legitima (LAURETIS *apud* LOURO, 1997, p. 33). Surge daí uma ideia dicotômica entre o masculino e o feminino que constitui uma oposição entre o pólo dominante e pólo dominado, sendo a única forma de relação dos dois elementos. Contudo, por sua vez, Guacira Lopes afirma que “os grupos dominados são, muitas vezes, capazes de fazer, dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder”. As desigualdades sociais atribuídas aos sexos “tornam as diferenças” de ordem biológica em diferenças hierarquizadas, que, ao se estabelecerem como relações de poder, passam a ser culturais. Comprova-se, assim, que as desigualdades de papéis sociais atribuídos aos sexos são culturais.

1 INTERSECCIONALIDADE, SEGUNDO CARLA AKOTIRENE

Bacharel em serviço social, mestre e doutoranda em estudos sobre mulheres, gênero e feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), a ativista e pesquisadora Carla Akotirene nasceu em Salvador. Lançou o seu livro *O que é interseccionalidade*, pela editora Letramento, em 2018; e, em 2019, republica o livro sob o nome *Interseccionalidade*, pela editora Pólen. A autora aborda o conceito que leva o nome dos seus livros para mostrar como as mulheres negras estão posicionadas na sociedade, colocadas como ferramenta metodológica disputadas na encruzilhada acadêmica, pois definir esse termo é fazer o cruzamento, abraçando as vivências e as diversas formas de opressão a que as mulheres negras foram submetidas desde os primórdios ao serem forçadas a saírem dos seus países para a escravidão. O conceito nos ajuda a entender as diversas formas de opressão que as mulheres negras sofreram e sofrem a partir de uma visão histórica de resistência contra a escravidão. Esse ativismo deixou um legado histórico: enquanto as mulheres brancas lutavam por melhores salários por meio das lutas feministas, as mulheres negras lutavam pelo fim da escravidão.

Vejamos como a própria Akotirene (2019, p. 31) o coloca:

Sem dúvida, mulheres negras foram marinheiras das primeiras viagens transatlânticas, trafegando identidades políticas reclamantes da diversidade, sem distinção entre naufrágio e sufrágio pela liberdade dos negros escravizados e contra opressões globais. Elas construíram o pensamento feminista negro e, por mais que lembranças ancestrais nos remetam às águas do Rio Combahee, nunca esqueceremos que, em 1969, a feminista negra Frances Beal publicou o “Black Women’s Manifesto; Double Jeopardy: To be Black and Female”, argumento teórico e politicamente contra a necropolítica colonialista moderna, cruzando capitalismo, imperialismo ocidental e racismo estrutural.

Fragmentar essas estruturas relacionadas ao gênero é levar em consideração o lugar social de cada uma delas, bem como as vivências

necessárias para romper qualquer tipo de preconceito e estrutura capitalista. Trata-se assim de entender que a interseccionalidade é fundamental para efetuar essa quebra dessas diversas estruturas que juntas atuam para a efetivação da exploração, do racismo e da discriminação, para assim diminuir os seus impactos.

As intelectuais negras levantam discussões para mostrar como essas questões que estão diretamente relacionadas ao racismo no Brasil se manifestam socialmente. O racismo à brasileira é velado por todo um percurso narrativo que, ao mesmo tempo, está aí se manifestando em todo lugar: nos diversos discursos, dentro de casa, na nossa fala, universidade, no ônibus, nas redes sociais, nos homens brancos e negros, nas mulheres, dentro do próprio sistema político em que estamos inseridos. No contexto da sociedade brasileira, a exploração e exclusão da mulher negra é especialmente perversa.

Nesse sentido, vejamos como Silvio Almeida o explica em seu livro *Racismo estrutural*:

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, p. 82).

2 OS CONCEITOS QUE ACOMPANHARAM A MUDANÇA

Originado na década de 1970, no contexto das lutas das feministas negras norte-americanas, o conceito de interseccionalidade traz uma contraposição a categorias universais. Em outros termos, o feminismo negro, naquele momento, se dá conta de que não era possível falar de um mesmo feminismo que englobasse tanto a mulher branca quanto a

mulher negra. Era importante estabelecer distinções entre as posições de cada uma, pois a mulher branca já nascia com privilégios em relação à mulher negra. Era, portanto, necessário entender a forma pela qual o racismo, as relações patriarcais culturalmente produzidas e a opressão de classe colocavam as mulheres negras em desprivilégio em relação às brancas.

No Brasil os movimentos feministas ocorrem em três momentos. Iniciado no fim do século XIX, ocorre a primeira onda, marcada pela luta jurídica e política, em que grandes mulheres preponderantemente brancas tiveram o seu reconhecimento dentro do movimento, tais como, a nordestina e autora Nísia Floresta (1810-1885), que se destacou pela busca do direito ao voto, à vida pública e ao direito ao trabalho sem a autorização do marido. Nos anos 1960 entra em cena o segundo momento, a segunda onda, quando se luta pela valorização do trabalho da mulher, contra a violência sexual e o combate à ditadura militar. O direito ao corpo ganha força no final da década de 1970 na luta para que as mulheres negras fossem vistas como sujeitos políticos. Já na década de 1980, as demandas das feministas negras são incorporadas ao movimento. Angela Davis e a Patricia Hill Collins foram autoras militantes que trouxeram ao movimento a voz do feminismo negro interseccional, fragmentando o discurso universal ao mostrarem que as opressões atingem as mulheres de formas distintas. O terceiro momento, a terceira onda, ocorre na década de 1990, quando se buscava não só a visibilidade de determinado grupo de mulheres, abolindo quaisquer estereótipos ligados ao gênero. Assim são trazidas para a atualidade questões, como a desconstrução que é feita pela própria diversidade humana, mostrando sua problemática e de que forma ir de encontro a esse processo, abolindo toda forma de opressão.

Segundo Kimberlé Crenshaw, o conceito de interseccionalidade nos permitiu perceber as colisões das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Os estudos de Crenshaw sobre a interseccionalidade originaram nos Estados Unidos os mais

avançados campos de pesquisa sobre diferença no mundo, estabelecendo por meio de discursos homogêneos guerra contra o terrorismo, após o atentado às torres gêmeas em 2001. A autora entende por interseccionalidade os eixos de poder, raça, etnia, classe, gênero, os quais se sobrepõem e se cruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas estas vias (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Djamila Ribeiro defende a não universalização das categorias feministas por não se ver dentro daquela categoria defendida pelas feministas brancas, encaradas por ela como “cheias de privilégios”, por não se sentir incluída como mulher negra nessa classe feminista universal.

CONCLUSÃO

Os entrelaçamentos entre esses grupos de mulheres são essenciais para a luta por igualdade das minorias. Na contemporaneidade o feminismo negro garante e valoriza a diversidade entre os grupos que compõem a militância, mulheres brancas, negras, trans, LGBTQs, dentre outras. Pensar em feminismo é saber que existem mulheres diversas que sofrem diversos tipos de opressões, que se originam por conta da classe social, da raça, do gênero, da orientação sexual, do local de nascimento ou moradia etc. Ao analisar os padrões ou as regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar, como p. ex., os padrões heteronormativos — ou seja, o papel masculino e o papel feminino —; os padrões de classe — o que é nobre, popular, chulo etc. —; e os padrões de racialização — que fundam o racismo e que definem lugares precisos na sociedade para as pessoas a partir da cor da pele —; a interseccionalidade é trazida como forma de compreender o conjunto dessas e outras opressões de forma articulada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, n. 10, p. 171-188, 2002.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 14-55.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. [Página/Perfil da rede social Facebook]. Disponível em: <https://www.facebook.com/djamila.ribeiro.1>.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.